

2015

*um ano de ações
e avanços em
diferentes setores*



Mobilização por mais recursos para as universidades

Mesmo com o encerramento da Campanha Salarial de 2015, a ADunicamp continuou mobilizada na luta por mais recursos para as universidades públicas paulistas.

Em parceria com outras entidades organizadas no Fórum das Seis e representativas dos docentes, técnico-administrativos e estudantes das universidades e do Centro Paula Souza, dirigentes da ADunicamp e professores da Unicamp participaram da Audiência Pública que discutiu, em junho na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), a situação financeira das universidades paulistas e os recursos a serem destinados a elas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2016. Na ocasião, além de defender o aumento do percentual do ICMS destinado às universidades estaduais, a ADunicamp mostrou que o governo, por meio de diversos artifícios, não tem repassado nem mesmo os atuais 9,57% da cota parte do ICMS do Estado, conforme determina a lei.

A ADunicamp defende a manutenção permanente deste debate e sua ampliação para toda a sociedade, uma vez que a crise financeira das universidades estaduais tem sido repetidamente utilizada pelo CRUESP e pelo governo do Estado de São Paulo para manter

o baixo índice de recomposição das nossas perdas salariais, a precária recomposição do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, a redução dos recursos para investimentos e custeio, bem como para a permanência estudantil.

A derrubada de uma expressão perigosa – O projeto da LDO/2016 encaminhado pelo governador Geraldo Alckmin para a Assembleia Legislativa continha uma maliciosa mudança que poderia colocar em risco ainda maior todo o modelo de destinação de verba conquistado pelas universidades estaduais paulistas. As LDOs anteriores determinavam que “no mínimo” 9,57% de recursos do ICMS devem ser repassados para as universidades estaduais públicas paulistas. No projeto da LDO/2016, a expressão “no mínimo” havia sido substituída por “no máximo”. Com a mudança, o repasse de recursos para as universidades estaria dentro da lei mesmo se ficasse abaixo dos 9,57% estabelecidos hoje.

A forte mobilização das entidades junto à comunidade acadêmica e aos deputados conseguiu derrubar a proposta de mudança, apesar da ampla maioria da base governista na Assembleia que, de resto, conseguiu aprovar todo o projeto da LDO/2016 proposto pelo governo.

As outras propostas de aumento de recursos para as universidades, feitas pelas entidades ligadas ao Fórum das Seis, foram rejeitadas pelos deputados.



Em defesa da ciência e tecnologia pública

Na mesma linha de defesa da universidade pública, a ADunicamp realizou, no dia 3 de novembro, o debate intitulado “As ameaças do PLC 77/2015 às instituições públicas de ensino e de pesquisa”. O encontro foi realizado em parceria com a APqC (Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo), Sinpaf (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuario) e STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp).

O debate faz parte de uma mobilização ampla que as entidades começam a colocar em movimento para denunciar e se contrapor aos ataques à ciência e tecnologia pública no Brasil que têm se sucedido em diversos setores da sociedade. De acordo com as entidades organizadoras do encontro, estão em curso “processos agressivos” de imposição de agendas privatizantes do ensino e da pesquisa.

O PL (Projeto de Lei) 77/2015 tem sido

denunciado como mais uma das tentativas de flexibilizar o Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro. Já aprovado na Câmara e em tramitação no Senado Federal, ele é um desdobramento do PL 2177/2011, que tratou da criação do “Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

Caso entre em vigor, o projeto tornará legal a cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios com entidades privadas. Assim, pesquisadores poderão atuar dentro das empresas ou atuar nas próprias instituições públicas de pesquisa em favor das empresas. As empresas poderão ter acesso a recursos públicos para financiar suas pesquisas, bem como às instalações públicas, tais como laboratórios e equipamentos, para realizarem pesquisas privadas.

O PL 77 prevê ainda a criação de ICTs (Institutos Científico-Tecnológicos) com estatuto jurídico de OCs (Organizações Sociais) para o desenvolvimento de atividades

de pesquisa no Brasil. Esses ICTs poderão receber recursos públicos de todos os entes federados e fundações de apoio e, também, ter em seus quadros pesquisadores pagos com dinheiro público, inclusive aqueles em dedicação exclusiva.

De acordo com documento elaborado pelas entidades promotoras do debate realizado na Unicamp, o PL inverterá a lógica: “O Estado será ‘sequestrado’ pelos interesses empresariais, que passarão a utilizar cada vez mais o aporte de recursos governamentais para os seus fins privados” (acesse a carta em: <http://www.adunicamp.org.br/?p=1706>).

A ADunicamp já se posicionou frontalmente contrária ao PL 77/15 e mobiliza-se, com outras entidades, com a finalidade de ampliar o debate e levar informações sobre as consequências de sua eventual aprovação junto à comunidade acadêmica e a outros setores da sociedade civil.

A luta por uma nova referência para o teto salarial

A ADunicamp manteve-se mobilizada, ao longo de todo o ano de 2015, ao lado das demais entidades que compõem o Fórum das Seis, na luta contra o atual critério de definição do teto salarial para os servidores públicos do Executivo no estado de São Paulo. Hoje, a referência é o subsídio do governador, subsídio esse que não tem base em nenhuma carreira de estado e é definido unicamente por interesses políticos. A ADunicamp defende que o Estado de São Paulo adote como teto o subsídio dos desembargadores do Estado (90,25% do subsídio dos Ministros do STF), o que é permitido pela EC 47 (emenda constitucional) aprovada em 2005 e já adotado por 19 dos 27 estados brasileiros.

Essa aberração, como tem sido fartamente demonstrado nos eventos e mobilizações da ADunicamp, faz com que o teto salarial dos servidores do Executivo do estado de São Paulo seja um dos três mais baixos do país – e justamente em um dos estados mais ricos da Federação.

Uma luta em várias frentes – A luta

contra o subsídio do governador como teto salarial tem sido travada em várias frentes.

- Os docentes têm sido amplamente informados e mobilizados em torno da questão, a partir de encontros, debates e boletins informativos realizados ao longo do ano.

- Reuniões realizadas com a reitoria da Unicamp e com o CRUESP já garantiram o apoio formal das reitorias a uma Emenda Constitucional defendida pelo Fórum das Seis. A emenda define, para o Estado de São Paulo, um teto único que tenha como referência 90,25% do subsídio dos ministros do STF.

- Em audiências públicas e reuniões com as principais lideranças na ALESP, a ADunicamp e o Fórum das Seis já apresentaram e discutiram a proposta de emenda à Constituição do Estado de São Paulo.

- A ADunicamp apoiou e divulgou, em 08 de abril, um abaixo assinado, organizado por docentes da Unicamp contra o corte de salários dos professores que estão no topo da

carreira e por um teto de 90,25% do subsídio dos Ministros do STF. Com mais de 1.100 assinaturas, o abaixo assinado tem sido amplamente divulgado e, quando concluído, será entregue aos deputados (leia o documento em: <http://www.adunicamp.org.br/?p=1197>)

- No campo jurídico, a ADunicamp, em 2014, impetrou uma ação contra a aplicação do teto salarial pela Unicamp, conseguindo naquele momento uma liminar no TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo, que suspendeu a aplicação do teto na Unicamp. Em agosto, ao julgar o mérito de nossa ação, o TJ-SP se posicionou desfavorável ao nosso pleito, cessando a validade da liminar obtida em 2014.

- Avaliando os resultados obtidos e as perspectivas concretas que se colocam, o foco agora deverá centrar-se na via política da Emenda Constitucional à Constituição do Estado de São Paulo, defendida desde longa data pela ADunicamp, em conjunto com o Fórum das Seis, e hoje contando, finalmente, com o apoio formal das reitorias.

Carta Aberta denuncia campanha contra universidades

As discussões sobre o teto salarial repercutiram fortemente na mídia que, na maior parte dos casos, influenciou negativamente a opinião pública, ao misturar a questão do teto salarial com a da “dupla matrícula” – contra a qual a ADunicamp já se manifestara publicamente em mais de uma ocasião.

A ADunicamp, ao tomar conhecimento da existência da “dupla matrícula” e diante da repercussão negativa causada por algumas dessas manifestações da mídia, convocou os docentes para uma reunião aberta, em 30 de setembro, para debater a questão do teto salarial e da dupla matrícula. Mais de 80 docentes participaram da reunião e, após discutirem as duas questões, decidiram constituir uma comissão para, junto com a diretoria da entidade, aprofundar a discussão sobre os temas. Em setembro, essa comissão produziu uma Carta Aberta, amplamente divulgada pela ADunicamp, denunciando a existência de uma campanha declarada contra a universidades públicas paulistas.

A Carta Aberta lançou um alerta sobre o que chamou de “campanha de cerco a Unicamp, USP e Unesp” desfechada por setores políticos do país, com forte apoio em segmentos da grande imprensa. “O sistema universitário paulista está em perigo”, afirma a carta. De acordo com o documento, os ataques que têm sido desferidos contra as universidades públicas paulistas atendem “às grandes empresas de ensino, a quem interessa minar a estrutura e o prestígio das universidades públicas”.

“No momento atual, a campanha difamatória pressiona pelo corte dos salários dos docentes. Em outros momentos, ela já alardeou a ideia de que as universidades paulistas possuíam um contingente excessivo e ocioso de funcionários técnico-administrativos”, apontou o documento.

Na Carta Aberta, a ADunicamp lembrou a campanha contra a gratuidade do ensino, desferida pelos mesmos setores em 2013 e



que proclamava a necessidade de implantar o ensino pago nas três universidades públicas paulistas. Acesse a carta aberta em: <http://www.adunicamp.org.br/?p=1522>

Assédio moral é crime. ADunicamp esclarece e denuncia

Relatos, denúncias e investigações de assédio moral no ambiente acadêmico se multiplicaram nos últimos anos em universidades públicas de todo o país. Diante disso, a ADunicamp decidiu intensificar as discussões e reflexões sobre o tema e divulgar amplamente que o seu Departamento Jurídico está à disposição para orientar e acompanhar as vítimas.

As mobilizações, feitas em conjunto com a entidade representativa dos servidores técnico-administrativos, o STU, ao longo de 2015, levaram a Reitoria da Unicamp a assinar junto ao MPT (Ministério Público do Trabalho) um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com um conjunto de normas para a apuração e o combate do assédio moral a professores, funcionários técnico-administrativos e alunos na Universidade Estadual de Campinas.

As atenções foram redobradas depois que um caso de grandes proporções, envolvendo um grupo significativo de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do COTIL (Colégio Técnico de Limeira) foi denunciado ao MPT (Ministério Público do Trabalho) em 2014, com desdobramentos em 2015.

De acordo com especialistas, o aumento das

denúncias está diretamente ligado ao maior acesso dos trabalhadores à informação sobre a realidade do assédio moral. Embora o assédio moral seja uma prática antiga, muitas vezes as vítimas não têm consciência de que estão sofrendo assédio. Também é comum que as vítimas, por medo, neguem até as doenças e perturbações psicológicas causadas pelo assédio e evitem se afastar do assediador.

Ações e esclarecimento – Um dos primeiros estudos brasileiros do assédio moral em ambientes corporativos, o professor José Roberto Heloani, da Faculdade de Educação da Unicamp, afirma que o principal instrumento para combater o assédio moral nas universidades brasileiras é o fortalecimento dos sindicatos e associações profissionais. “Só o fortalecimento das associações e um trabalho sistemático de conscientização do corpo docente pode mudar este quadro em curto prazo”, avalia ele.

A partir dessas informações, a ADunicamp realizou uma campanha de esclarecimento sobre o assédio moral no ambiente acadêmico, inclusive com publicação, em março, de um Boletim Especial “Assédio Moral nas Universidades” (<http://www.adunicamp.org.br/?p=678>),

amplamente divulgado junto aos professores dos campi da Unicamp. O boletim apontou que o assédio não é apenas uma questão pessoal, mas que tem a ver com a forma de organizar o trabalho, os conceitos, as equipes e metas. E que o modelo de gestão focado no produtivismo, que tomou conta das universidades brasileiras, é um forte indutor das práticas de assédio.

Audiência obriga Unicamp a assinar TAC – Em 24 de junho, a ADunicamp participou, ao lado de outras entidades, de Audiência Pública convocada pelo MPT para discutir o assédio moral na Unicamp. Mais de 250 professores, funcionários técnico-administrativos e alunos participaram da audiência. Vinte deles se manifestaram publicamente e apresentaram relatos sobre assédio sofrido por chefias imediatas ou colegas.

No dia seguinte, com base nos relatos feitos durante a audiência, o MPT deu o prazo de dois meses para que a Reitoria avaliasse uma proposta, apresentada pelo MPT, de TAC com normas rígidas e medidas efetivas de combate ao assédio moral.

O TAC foi finalmente assinado no início de setembro, após ser amplamente discutido em reuniões no MPT

que, além da Unicamp e MPT, contou com a participação do STU e da ADunicamp (<http://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2015/11/TAC.pdf>).

Relatos apontam que a campanha de esclarecimento deflagrada pela ADunicamp tem contribuído para mudar, em algumas unidades, os hábitos tanto de assediados como de assediadores, no sentido de evitar essa prática. Por outro lado, a Universidade já deu início à apuração concreta das denúncias feitas ao MPT, nos termos dos procedimentos estabelecidos no TAC – dentre outros, assegurando sigilo na apuração e com acompanhamento das associações de classe (STU e ADunicamp), caso o/a denunciante manifeste seu interesse nesse tipo de apoio.



Atendimento direto leva a ADunicamp para o campus de Limeira

A ADunicamp iniciou, no dia 26 de março, o atendimento direto aos docentes das unidades da Unicamp em Limeira, onde funcionam a Faculdade de Tecnologia (FT), a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) e o Colégio Técnico de Limeira (COTIL).

Desde então, o atendimento direto em Limeira passou a ser feito quinzenalmente, com a presença de diretores, de um integrante da Assessoria Jurídica e de funcionários, com o objetivo de atender todos os níveis

de demandas encaminhadas pelos docentes das três unidades. Além disso, a ADunicamp disponibiliza, na sala de docentes da FT, café, jornais e revistas, da mesma forma como ocorre na sede em Campinas.

Ao longo dos anos, com maior ou menor intensidade, a ADunicamp sempre manteve uma relação forte com os docentes do campus de Limeira. Mas a partir deste ano, com o atendimento direto, a relação se estreitou definitivamente e com isso ampliamos a

capacidade da ADunicamp em atender as reivindicações e demandas de toda a categoria.

Leia o boletim especial sobre o atendimento direto aos docentes em Limeira e uma entrevista com o professor Antonio Vanderlei de Quintal, do COTIL, sobre a importância da nova iniciativa da ADunicamp, acessando: http://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2015/03/boletim_adu_limeira_2015_1.pdf

Unimed: reajuste abaixo do estipulado

A negociação do índice de reajuste contratual com a Unimed para o ano de 2015 teve início em maio. A proposta inicial apresentada pela Unimed estipulava um reajuste de 24,34%. Após longa negociação, conseguimos reduzir o reajuste para 10%. Embora superior ao reajuste de 7,21% dos nossos salários, esse valor é inferior aos 13,55% autorizados pelo Governo Federal, como limite

máximo de reajuste a ser aplicado aos planos de saúde-hospitalares individuais/familiares.

Com esse reajuste em níveis muito abaixo do inicialmente estipulado pela Unimed, nosso convênio continua a ser vantajoso quando comparado com outras opções disponíveis no mercado. Isso não significa que a prestação de serviços pela Unimed seja desprovida de problemas. É notória a dificuldade encontrada no

atendimento via rede de São Paulo (Capital), com a falência da prestadora local e a transferência do atendimento para a Unimed Nacional. Apesar do registro de alguns problemas, e dos que ainda podem vir a ocorrer, resta-nos a convicção de que nossa atuação junto à Unimed contribui decididamente para minimizá-los e pressionar por soluções adequadas e definitivas, dentro de parâmetros juridicamente viáveis.

Entidade sedia eventos do ANDES-SN sobre federalização e precarização do ensino

A ADunicamp não apenas sediou, mas também participou intensamente, no final de setembro, do XIII Encontro Nacional dos docentes do Setor das IEES/IMES (Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior) do ANDES-SN, que foi precedido pelo Seminário Nacional sobre Federalização e Financiamento.

O encontro e o seminário discutiram, durante três dias, temas ligados ao financiamento e à federalização das instituições, além da expansão, multicampia e precarização das condições de trabalho e ensino. O presidente da ADunicamp, que também é segundo vice-presidente da Regional São Paulo e um dos coordenadores do Setor das IEES/IMES, Paulo Cesar Centoducatte, lembrou que os temas do encontro foram pontos comuns em todas as lutas e greves realizadas em 2014 e 2015 nas universidades estaduais de São Paulo, do Ceará, da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Amazonas, do Pará e do Paraná. Daí, segundo ele, a necessidade de que as instituições desse

setor ampliem o debate conjunto das dificuldades pelas quais atravessam.

O encontro reuniu, no auditório da ADunicamp, 51 docentes de 23 seções sindicais do ANDES-SN. Leia mais sobre o evento em: <http://www.adunicamp.org.br/?p=1569>

A escolha da ADunicamp para sediar a discussão não se deu por acaso, sendo antes o reflexo da confiança de nossos parceiros externos, resultado de nossa presença constante e ativa nas reuniões do

Fórum das Seis e do ANDES-SN, além daquelas convocadas pelo CRUESP.



Debates, cinema, shows, concertos e eventos aproximam os sindicalizados

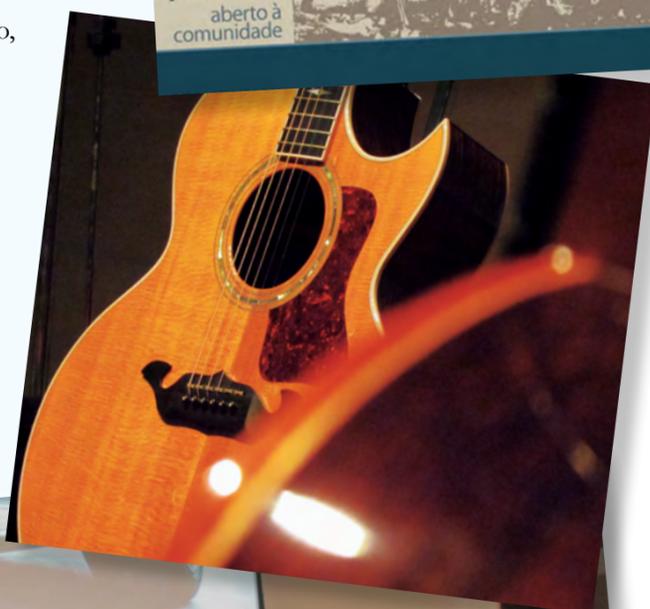
Além dos encontros e debates no auditório e no pátio e da sede (como, por exemplo, a conversa com a Reitoria em abril e a recente discussão sobre “Velhas e Novas Imagens Sociais da Democracia e da Barbárie”, no dia do professor, em outubro), a ADunicamp deu sequência a uma ampla agenda cultural em 2015, com a apresentação semanal do Cineclube, além de shows musicais e dos tradicionais ‘Concertos da ADunicamp’. Uma novidade foram as apresentações que envolvem o trabalho desenvolvido por nossos próprios associados, como a exibição de filme mudo com acompanhamento musical ao vivo e a leitura cênica (foto), em ambos os casos sob a responsabilidade de docentes do Instituto de Artes (IA). Nossa expectativa é poder ampliar ainda mais esse leque.

Tais eventos reforçam a importância da ADunicamp como centro de encontros, convivência e troca de ideias e experiências entre os membros da comunidade acadêmica.

No ano passado, a estrutura do auditório já havia sido melhorada com a aquisição de novos e modernos equipamentos de projeção, o que contribuiu em muito para melhorar a qualidade das apresentações do Cineclube. Neste ano, o auditório ganhou uma tela maior, visando otimizar o uso do novo equipamento. Além disso, também a Sala de Multiuso passou a contar com equipamento de multimídia, agregando qualidade também a esse espaço, que vem sendo utilizado de modo

sistemático como alternativa para as diferentes atividades da ADunicamp, com destaque para os encontros semanais do projeto Longevidade. Como resultado dessas iniciativas e da preocupação em estabelecer uma comunicação real com os sindicalizados, em 2015 cresceu significativamente a presença desses na sede, com auditórios lotados em diversas ocasiões.

Com o atendimento direto em Limeira, apresentações culturais também começam a ser programadas para acontecerem ali. No primeiro dia de atendimento, em março, a ADunicamp realizou um show do violão Paulo Freire. E uma sessão do Cineclube, precedida de debate e confraternização com coffee break musical, está programada para ocorrer no dia 03 de dezembro, na FCA, sala UL 04, no encerramento do ano letivo.



Especial: Balanço de 2015

Novos sites ampliam avanços na comunicação com sindicalizados e com a sociedade

As ações iniciadas no ano passado com o objetivo de fortalecer a comunicação com os sindicalizados, com a comunidade acadêmica e com a sociedade foram ampliadas em 2015. Com a construção de dois novos sites (www.longevidadeadunicamp.org.br e www.movimentoemdebate.org.br), ampliamos o nosso leque de debates e também a visibilidade dos temas tratados com frequência pelos diferentes sindicalizados da ADunicamp.

As ações junto à mídia externa e aos canais da internet e redes sociais têm sido reforçadas, com o envio permanente de comunicados sobre as ações e eventos da ADunicamp e também dos conteúdos elaborados pela equipe da Comunicação para os sites. Esses conteúdos, assim como os comunicados internos e as programações culturais e de eventos, também são permanentemente repassados por e-mail para os nossos associados.

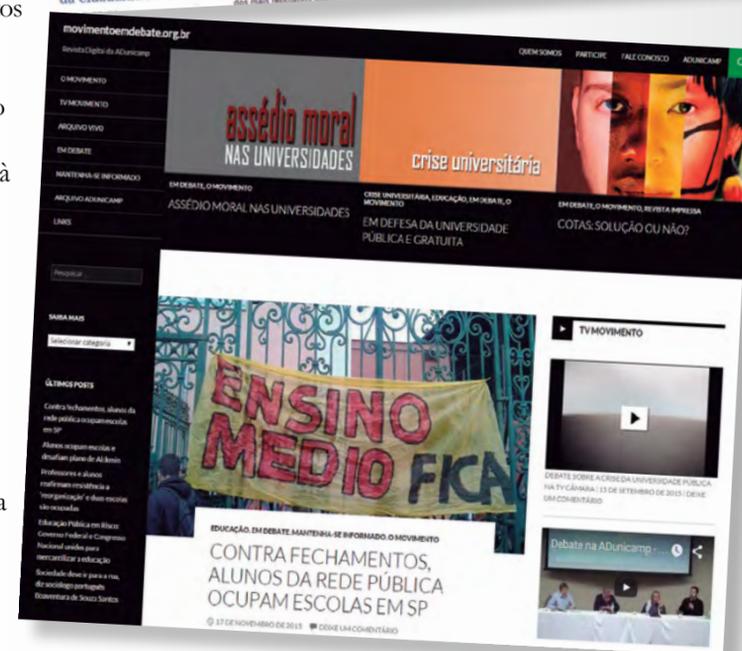
Longevidade ADunicamp – O site Longevidade ADunicamp é uma evolução do blog que tinha o mesmo nome criado com o objetivo de trazer informações sobre os conceitos de Longevidade Ativa e Longevidade Cidadã, voltados, prioritariamente, para o segmento dos nossos sindicalizados já aposentados ou em vias de se aposentar. Agora renovado, o site ampliou o leque de temas e passou a abordar, em textos e vídeos, toda uma variedade de conteúdos que dizem respeito à cidadania e à participação do cidadão na sociedade.

O site também é um instrumento para incentivar a comunicação entre os sindicalizados e contribuir para a construção da Cidadania Ativa e da Longevidade Cidadã, conceitos intimamente ligados ao conhecimento e à participação de cada indivíduo na sociedade. Assim, Longevidade ADunicamp traz informações relacionadas à cultura, ao lazer, à saúde, à educação continuada, à formação histórica e à política da educação e da cidadania.

O trabalho com o segmento de aposentados realizado pela ADunicamp revelou que a universidade tem um corpo de professores aposentados altamente qualificado e com grande vitalidade e capacidade de participação social, mas que nem sempre encontra espaço de atuação após a aposentadoria. O site é um espaço de divulgação do trabalho dessa comunidade e também um instrumento para sua aglutinação.

Movimento em Debate – O novo site Movimento em Debate é uma versão digital da revista com o mesmo nome, editada pela ADunicamp, e que circulava apenas no formato impresso e sem periodicidade definida.

Assim como a revista impressa, a nova versão digital é voltada para o debate de temas relacionados à educação, à universidade, à conjuntura e às questões discutidas pelos diferentes sindicalizados da ADunicamp.



Os dois novos sites são abertos à participação dos sindicalizados da ADunicamp e dos professores que queiram divulgar textos e propor temas para discussão. **Participe você também!**

GT-Moradia: nova fase para implantação do CITI

O GT-Moradia concluiu, em outubro, os estudos para a implantação da Comunidade Intencional para a Terceira Idade (CITI) destinada a professores associados à ADunicamp e iniciou o planejamento para uma nova etapa de trabalhos.

Os estudos e o planejamento para a implantação do CITI foram iniciados em 2013, quando sindicalizados aposentados reuniram-se para sugerir serviços e atividades de interesse comum que poderiam ser realizados pela ADunicamp. Três eram diretamente ligadas à questão da moradia:

- Construção de conjuntos de apartamentos para idosos que seriam adquiridos pelos professores.
- Construção de vila formada e paga pelos aposentados da Unicamp, na qual pudessem morar em suas velhices, com toda a infraestrutura adequada ao idoso.

- Construção de hotel para professores idosos. Essas respostas tinham em comum a preocupação com a moradia nas idades mais avançadas. Essa é uma preocupação mundial, decorrente do aumento da longevidade, da determinação dos idosos em usufruírem de uma velhice autônoma e independente e da própria estrutura familiar contemporânea. Uma preocupação associada às moradias tradicionais nas idades mais avançadas é a própria arquitetura do imóvel.

Ao olharmos a composição do quadro de associados da ADunicamp, encontramos 930 docentes aposentados e outros 434 docentes que estão na ativa, mas têm mais

que 60 anos. Se considerarmos apenas os associados com 60 anos ou mais, encontramos 1.321 docentes nessa condição.

Primeiros estudos - A partir de uma revisão da literatura internacional sobre tipos de moradia especialmente projetada para a terceira idade, foi feita a opção por um tipo de condomínio/comunidade residencial, construída com base em um projeto arquitetônico e gerencial participativo, desenvolvido por seus moradores – conhecido como Comunidade Intencional para a Terceira Idade. Com origem na Dinamarca, este tipo de comunidade residencial está presente hoje na Suécia, Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha e outros países europeus. Todas têm em comum o fato de serem resultado de um projeto com participação integral dos moradores em todas as suas fases; ausência de hierarquia no gerenciamento; ampla infraestrutura para uso comunitário, cooperação e apoio mútuos. Em 25 de julho de 2014 foi feita a primeira reunião do GT-Moradia, um grupo de estudo formado com o objetivo de dar suporte ao projeto do conjunto residencial para professores aposentados da Unicamp, que contemplasse também todos os interessados com idade acima de 50 anos.

Em outubro de 2015, após considerar concluída a fase de estudos sobre a implantação de da CITI, o GT-Moradia foi dividido em dois sub-grupos:

GT-Divulgação – Encarregado, a

partir de agora, de elaborar o material de divulgação das características do empreendimento a ser utilizado em evento previsto para a primeira quinzena de abril de 2016.

GT-Construção - encarregado do aprofundamento dos aspectos relacionados à procura de terreno e do processo de construção do empreendimento.

Veja a íntegra do relatório, acessando: <http://longevidadeadunicamp.org.br/?p=1576>

Arquivo garante preservação da memória

Com a catalogação e digitalização do acervo de documentos da ADunicamp, já em estágio avançado, os trabalhos no Arquivo da ADunicamp entraram em nova fase, que prevê registro nacional e abertura para consulta por estudiosos da história dos movimentos sociais e sindicais do Brasil. Após longas negociações, a ADunicamp recebeu autorização da Coordenadoria Geral da Universidade para permitir acesso externo via internet, cuja implementação depende agora apenas de algumas medidas práticas a serem tomadas pelo CCUEC. Uma vez disponibilizado esse acesso, será possível consultar o acervo da entidade por meio eletrônico, de modo compatível com as tendências atuais na área.

Sede e recursos humanos

Foi finalizada em 2015 a implementação de nossa intranet, de fundamental importância para atividades administrativas e de atendimento aos sindicalizados. Com a implementação do acesso externo via internet, nossos associados poderão consultar diretamente dados de seu interesse, como os relativos aos convênios da ADunicamp – Unimed, Uniodonto, etc.

Os cuidados atuais com a manutenção da parte física da sede envolvem vários aspectos, como a reforma no telhado, com limpeza, impermeabilização, troca de telhas quebradas e reposição de beirais e cumeeiras, bem como instalação de manta na área do arquivo; o início da impermeabilização e a posterior pintura de todas as paredes externas e algumas internas, bem como a aplicação de verniz em todo o madeiramento; além disso, há estudos para adequação do sistema de resfriamento do

ar do auditório e adequação da cozinha para atendimento da crescente demanda.

No plano dos recursos humanos, foi finalizada uma reestruturação das atribuições do corpo funcional, levando a uma estrutura mais horizontalizada que confere maior autonomia operacional aos encarregados diretos das diferentes funções. A reestruturação levou a soluções que garantem o andamento das atividades, mesmo quando ocorre eventual impedimento do/a responsável direto/a pelas diferentes áreas. Além de trazer ganhos operacionais sensíveis, essa reestruturação, aliada ao incentivo à formação profissional, com auxílio (bolsa de estudos) para a graduação e/ou especialização, trouxe também uma notável melhoria no ambiente de trabalho, posto que todo(a)s sabem bem quais são suas atribuições, assumindo plenamente a responsabilidade de cumpri-las com

eficiência e satisfação – além de mostrar disposição para aprimoramentos, quando necessário. A maior autonomia adquirida pelo corpo funcional permite hoje dar mais agilidade ao encaminhamento das demandas dos associados, dentro dos limites das responsabilidades atribuídas a cada área ou funcionário/a. Questões mais complexas ou que extrapolem esses limites operacionais continuam a ser equacionadas diretamente pela diretoria da ADunicamp ou levadas às outras instâncias competentes da entidade. Um desafio para o futuro imediato é resgatar uma participação ainda maior dos associados, retomando, na medida do possível, o espírito de coletividade que tanto tem sido ameaçado pelo individualismo que o modelo de gestão acadêmica atual (produtivismo, competição desenfreada etc.) tenta nos impor.